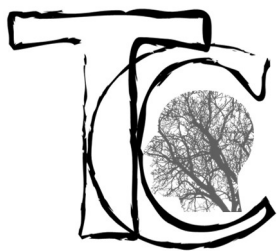




QrCode de Autenticidade



ISSN 2763-6739



MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA



A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS: Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira

Pós-doutora e Doutora em Educação
Professora Permanente do Mestrado e Doutorado em educação na
UEPG. Professora Permanente do Mestrado Profissional em
educação inclusiva na UEPG. Coordenadora da Universidade Aberta
para a Terceira idade na UEPG.

soliveira@uepg.br

<https://orcid.org/0000-0001-9382-7573>

<http://lattes.cnpq.br/0396336269506743>



Flávia Oliveira Alves da Silva

Mestre e Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG
Professora na UNICESUMAR.
Professora na Universidade Aberta para a Terceira idade na UEPG

flaviaoliveiraalvesdasilva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4098-3251>

<http://lattes.cnpq.br/6157193712980209>



A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS: Costa Rica, Chile e Brasil

RESUMO: O envelhecimento populacional tem impulsionado as instituições de ensino superior a desenvolverem programas educacionais voltados às pessoas idosas, fundamentados nos princípios da educação ao longo da vida, do envelhecimento ativo e da inclusão social. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar comparativamente três programas universitários destinados à população idosa na América Latina: o Programa Institucional para la Persona Adulta y Adulta Mayor (PIAM), da Universidade da Costa Rica; o Programa Adulto Mayor (PAM), da Pontifícia Universidade Católica do Chile; e a Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI), da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e comparativa, baseada na análise das características organizacionais, objetivos, estrutura pedagógica, formas de funcionamento e desafios enfrentados por cada programa. Os resultados evidenciam que as três iniciativas compartilham o compromisso com a promoção da educação permanente, da autonomia, da participação social e da melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, embora apresentem diferenças quanto aos modelos de gestão, organização curricular, público-alvo, formas de oferta das atividades e estratégias institucionais. O PIAM destaca-se pela flexibilidade organizacional

Como citar:

OLIVEIRA, R. de C. da S. A educação para as pessoas idosas: Costa Rica, Chile e Brasil. **Revista Teias de Conhecimento**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 261 – 313, 2026.

DOI: <https://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2026.27171>. Disponível

em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/27171>. Acesso em: 16 ago. 2026.

A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS:

Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira e Flávia Oliveira Alves da Silva

e integração entre ensino, pesquisa e ação social; o PAM pela abrangência de suas ações, incluindo formação profissional, pesquisa e atividades presenciais e virtuais; e a UATI pela estrutura curricular sistematizada, pelo estágio de inserção comunitária e pela continuidade do processo educativo por meio da Universidade Continuada para a Terceira Idade, desenvolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. Conclui-se que os programas analisados constituem importantes referências para a promoção da educação ao longo da vida e para o fortalecimento do papel social das universidades diante dos desafios impostos pelo envelhecimento populacional, contribuindo para a construção de sociedades mais inclusivas, participativas e comprometidas com a valorização da pessoa idosa.

Palavras-chave: Educação ao longo da vida; Envelhecimento ativo; Pessoa idosa; Universidades da Terceira Idade; Gerontologia educacional.

EDUCATION FOR OLDER PEOPLE:

Costa Rica, Chile, and Brazil

ABSTRACT: Population aging has prompted higher education institutions to develop educational programs for older adults based on the principles of lifelong learning, active aging, and social inclusion. In this context, this study aimed to comparatively analyze three university programs designed for older adults in Latin America: the Institutional Program for Adults and Older Adults (Programa Institucional para la Persona Adulta y Adulta Mayor – PIAM) at the University of Costa Rica; the Older Adult Program (Programa Adulto Mayor – PAM) at the Pontifical Catholic University of Chile; and the Open University for the Third Age (Universidade Aberta para a Terceira Idade – UATI) at the State University of Ponta Grossa, Brazil. This qualitative, descriptive, and comparative study was based on the analysis of the organizational characteristics, objectives, pedagogical structure, operational models, and challenges faced by each program. The findings indicate that all three initiatives share a commitment to promoting lifelong learning, autonomy, social participation, and improved quality of life for older adults, although they differ in terms of management models, curricular organization, target audiences, educational delivery formats, and institutional strategies. PIAM is distinguished by its flexible organizational structure and the integration of teaching, research, and social outreach. PAM stands out for the breadth of its initiatives, including professional training, research, and both face-to-face and online educational activities. UATI is characterized by its structured curriculum, community engagement internship, and the continuity of educational opportunities through its Continuing University for the Third Age, integrating teaching, research, and extension. It is concluded that these programs represent important references for promoting lifelong learning and strengthening the social role of universities in addressing the challenges of population aging, contributing to the development of more inclusive, participatory societies committed to valuing older adults.

Keywords: Lifelong learning; Active aging; Older adults; Universities of the Third Age; Educational gerontology.

1. INTRODUÇÃO

O acelerado processo de envelhecimento populacional constitui um dos principais desafios contemporâneos para as sociedades, exigindo a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento de estratégias que promovam a qualidade de vida, a participação social e a garantia dos direitos das pessoas idosas. Nesse contexto, a educação ao longo da vida tem se consolidado como um importante instrumento para favorecer o envelhecimento ativo, estimular o desenvolvimento cognitivo, fortalecer as relações sociais e ampliar as oportunidades de participação cidadã. As universidades, por meio de programas educacionais voltados à população idosa, assumem papel estratégico ao promover espaços de aprendizagem, convivência, produção de conhecimentos e integração intergeracional.

Nas últimas décadas, diversos países da América Latina têm implementado programas universitários destinados às pessoas idosas, fundamentados nos princípios da educação permanente, da gerontologia educacional e da inclusão social. Essas iniciativas apresentam diferentes modelos organizacionais, formas de gestão, estruturas curriculares e estratégias de atendimento, refletindo tanto as especificidades institucionais quanto as demandas sociais decorrentes do aumento da longevidade. Além de oportunizarem o acesso ao conhecimento, esses programas contribuem para o fortalecimento da autonomia, da cidadania, da saúde física e mental e do protagonismo das pessoas idosas, reafirmando seu papel como sujeitos de direitos e agentes ativos na sociedade.

Entre essas experiências destacam-se o Programa Institucional para la Persona Adulta y Adulta Mayor (PIAM), da Universidade da Costa Rica; o Programa Adulto Mayor (PAM), da Pontifícia Universidade Católica do Chile; e a Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI), da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Brasil. Embora compartilhem os princípios da aprendizagem ao longo da vida e da

valorização do envelhecimento, esses programas apresentam características próprias quanto à organização administrativa, estrutura pedagógica, formas de ingresso, objetivos institucionais, composição das equipes, financiamento e desafios para sua consolidação. A análise comparativa dessas iniciativas possibilita identificar aproximações, singularidades e estratégias que podem contribuir para o fortalecimento das ações universitárias voltadas às pessoas idosas na América Latina.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar e comparar os programas PIAM, PAM e UATI, evidenciando suas concepções, objetivos, organização, formas de funcionamento e principais desafios. Ao discutir essas experiências, busca-se ampliar o conhecimento sobre os modelos de educação universitária destinados às pessoas idosas e contribuir para o debate acerca da promoção da educação permanente, da inclusão social e do envelhecimento ativo no contexto latino-americano.

2. O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO

O envelhecimento demográfico constitui uma das mais significativas transformações populacionais observadas no século XXI. Caracteriza-se pelo aumento progressivo da proporção de pessoas idosas na estrutura etária da população, acompanhado da redução da participação relativa das crianças e dos jovens. Esse fenômeno decorre, principalmente, da combinação entre a queda das taxas de fecundidade, a redução da mortalidade em todas as faixas etárias e o aumento da expectativa de vida, refletindo importantes avanços sociais, econômicos, sanitários e tecnológicos. Entretanto, o envelhecimento populacional também representa um dos maiores desafios para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos sociais, da sustentabilidade dos sistemas previdenciários e da organização dos serviços de saúde, assistência social e educação ao longo da vida.

Nas últimas décadas, o Brasil passou por uma intensa transição demográfica.

Até meados do século XX, o país apresentava uma população predominantemente jovem, caracterizada por elevadas taxas de natalidade e fecundidade. A partir da década de 1970, observou-se uma expressiva redução do número médio de filhos por mulher, acompanhada da ampliação da cobertura vacinal, da melhoria das condições de saneamento básico, da expansão do acesso aos serviços de saúde e dos avanços da medicina. Esses fatores contribuíram para a diminuição da mortalidade infantil e para o aumento contínuo da esperança de vida ao nascer, modificando profundamente a estrutura etária da população brasileira.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), o envelhecimento da população brasileira ocorre em ritmo acelerado quando comparado ao observado em diversos países desenvolvidos. Enquanto na Europa esse processo ocorreu gradualmente ao longo de mais de um século, no Brasil a mudança demográfica está acontecendo em poucas décadas, reduzindo significativamente o tempo disponível para adaptação das políticas públicas e das instituições sociais. As projeções populacionais revisadas pelo IBGE indicam que essa tendência continuará até 2070, quando a população brasileira apresentará uma estrutura etária marcadamente envelhecida, com redução da população jovem e aumento expressivo do contingente de pessoas com 60 anos ou mais.

Os resultados do Censo Demográfico de 2022 confirmam essa transformação estrutural. De acordo com o IBGE, as pessoas com 65 anos ou mais passaram a representar aproximadamente 10,9% da população brasileira, enquanto a população de 0 a 14 anos correspondeu a cerca de 19,8%. Essa inversão da pirâmide etária evidencia que o país está vivenciando um processo de envelhecimento sem precedentes, no qual o crescimento da população idosa ocorre simultaneamente à redução do número de nascimentos. Em consequência, observa-se o aumento da idade mediana da população, bem como do índice de envelhecimento, indicador que relaciona o número de pessoas idosas ao contingente de crianças e adolescentes.

A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS:

Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira e Flávia Oliveira Alves da Silva

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que o envelhecimento populacional representa uma das principais transformações demográficas globais da atualidade. As projeções internacionais indicam que, nas próximas décadas, o número de pessoas idosas crescerá em ritmo superior ao crescimento da população total em praticamente todas as regiões do mundo. Conforme destacado pela ONU, esse cenário exigirá profundas adaptações nas políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, da proteção social, da habitação, da mobilidade urbana e da educação permanente, de modo a assegurar o envelhecimento saudável, ativo e com participação social.

Nesse contexto, o Brasil acompanha uma tendência mundial, porém apresenta características particulares. Diferentemente dos países desenvolvidos, que enriqueceram antes de envelhecer, o Brasil enfrenta o desafio de envelhecer ainda convivendo com importantes desigualdades sociais, econômicas e regionais. Assim, coexistem diferentes realidades demográficas entre as regiões brasileiras, sendo possível observar estados que apresentam padrões populacionais semelhantes aos de países desenvolvidos e outros que ainda mantêm características típicas de populações mais jovens. Essa heterogeneidade amplia a complexidade do planejamento das políticas públicas e exige estratégias adaptadas às especificidades locais.

Outro aspecto relevante refere-se ao aumento da expectativa de vida. A melhoria das condições sanitárias, da assistência médica, da vacinação, da alimentação e do acesso aos serviços públicos contribuiu significativamente para que os brasileiros passassem a viver mais. Entretanto, viver mais não significa necessariamente viver melhor. A longevidade precisa estar associada à manutenção da autonomia, da independência funcional, da participação social e da qualidade de vida. Nesse sentido, organismos internacionais, como a ONU e a Organização Mundial da Saúde (OMS), defendem o conceito de envelhecimento saudável, entendido como o processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade

funcional que possibilita o bem-estar na velhice.

O envelhecimento demográfico brasileiro não deve ser compreendido exclusivamente como consequência das mudanças populacionais, mas como um fenômeno complexo que transforma profundamente as relações sociais, econômicas, culturais e institucionais

3. NOVO PARADIGMA: EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Seguindo essa perspectiva, o envelhecimento populacional desafia antigos paradigmas sociais relacionados à velhice. Durante muito tempo, predominou uma visão estigmatizada da pessoa idosa, frequentemente associada à incapacidade, dependência e improdutividade. Atualmente, entretanto, observa-se uma mudança gradual dessa compreensão, impulsionada pelos avanços das pesquisas em Gerontologia e pelas políticas internacionais de promoção do envelhecimento ativo. A pessoa idosa passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, capaz de continuar participando da vida comunitária, cultural, política e educacional, desde que lhe sejam garantidas condições adequadas de acessibilidade, inclusão e oportunidades de desenvolvimento.

Entre as estratégias capazes de responder aos desafios impostos pela transição demográfica, destaca-se a educação ao longo da vida. A aprendizagem permanente constitui um dos pilares do envelhecimento ativo, uma vez que favorece o desenvolvimento cognitivo, fortalece as relações sociais, amplia a autoestima e estimula o protagonismo da pessoa idosa. Conforme preconiza a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aprender ao longo de toda a vida representa um direito humano fundamental, devendo ser assegurado independentemente da idade.

Nesse contexto, as Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs) assumem

papel estratégico na promoção do envelhecimento saudável. Ao proporcionar oportunidades de formação continuada, convivência intergeracional, desenvolvimento cultural e participação social, essas iniciativas contribuem para a efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Pessoa Idosa e nos documentos internacionais voltados ao envelhecimento. Mais do que espaços educativos, as UNATIs constituem ambientes de fortalecimento da cidadania, da autonomia e da inclusão social, reafirmando que a educação permanece como direito ao longo de todo o ciclo vital.

O crescimento da população idosa exige que o Estado, as universidades e a sociedade desenvolvam políticas capazes de promover não apenas maior longevidade, mas também melhores condições de vida, participação social e garantia de direitos. Nessa perspectiva, compreender a dinâmica do envelhecimento demográfico constitui etapa fundamental para o planejamento de políticas públicas que assegurem um envelhecimento ativo, saudável e socialmente inclusivo, em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Pessoa Idosa e pelas diretrizes internacionais formuladas pela ONU e pela Organização Mundial da Saúde.

4. EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA E AS UNIVERSIDADES ABERTAS PARA A TERCEIRA IDADE

A educação ao longo da vida consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais paradigmas educacionais contemporâneos, ao reconhecer que o processo de aprendizagem não se restringe à infância, à adolescência ou ao período de escolarização formal, mas acompanha o indivíduo durante todo o ciclo da vida. Essa perspectiva rompe com a concepção tradicional de educação como etapa limitada cronologicamente e passa a compreendê-la como um processo contínuo de

desenvolvimento humano, capaz de favorecer a construção de conhecimentos, competências, valores e atitudes em diferentes contextos sociais, culturais e históricos.

A emergência desse paradigma está diretamente relacionada às profundas transformações econômicas, sociais, tecnológicas e demográficas ocorridas ao longo do século XX. A aceleração das mudanças científicas, o avanço das tecnologias da informação, o aumento da expectativa de vida, a complexidade das relações sociais e a necessidade constante de atualização profissional evidenciaram que os conhecimentos adquiridos durante a educação formal se tornam insuficientes para responder às demandas de uma sociedade em permanente transformação. Nesse contexto, a aprendizagem contínua passou a ser compreendida como condição indispensável para o exercício da cidadania, da autonomia e da participação social (Jarvis, 2004).

No contexto brasileiro, a reflexão acerca da educação permanente encontra forte sustentação na obra de Paulo Freire. Embora Freire não utilize sistematicamente a expressão "educação permanente" nos moldes propostos pela UNESCO, sua concepção de educação como prática da liberdade apresenta profunda convergência com esse paradigma. Para o autor, os seres humanos são ontologicamente inacabados e, exatamente por essa condição, permanecem em permanente processo de aprendizagem (Freire, 1996).

Ao afirmar que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão" (Freire, 1987, p. 79), Freire rompe com modelos educativos baseados na transmissão mecânica do conhecimento e propõe uma educação dialógica, crítica e emancipatória. Nessa perspectiva, aprender significa interpretar criticamente a realidade, produzir novos conhecimentos e transformar o mundo por meio da ação consciente. A aprendizagem permanente deixa de

A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS:

Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira e Flávia Oliveira Alves da Silva

representar simples atualização de conteúdos para constituir um processo contínuo de humanização.

A concepção freireana adquire especial relevância quando analisada sob a perspectiva do envelhecimento populacional. Ao reconhecer que o ser humano permanece inacabado durante toda a existência, Freire rejeita qualquer compreensão segundo a qual a velhice representaria uma etapa de incapacidade para aprender. Ao contrário, o processo educativo acompanha todas as fases da vida, permitindo que a pessoa idosa continue produzindo conhecimentos, reconstruindo experiências e exercendo plenamente sua cidadania.

A aprendizagem ao longo da vida constitui condição essencial para a promoção do envelhecimento ativo, saudável e participativo, permitindo que as pessoas idosas mantenham sua autonomia intelectual, ampliem suas relações sociais, fortaleçam sua autoestima e continuem exercendo papel relevante na sociedade.

Sob essa perspectiva, a educação permanente deixa de ser compreendida apenas como política educacional e passa a integrar as estratégias internacionais voltadas à promoção dos direitos humanos, da inclusão social e da cidadania. Organismos internacionais, como a UNESCO, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecem que o acesso contínuo à educação constitui elemento indispensável para assegurar qualidade de vida, participação social e desenvolvimento humano em todas as etapas da existência. Assim, compreender os fundamentos teóricos da educação permanente representa etapa essencial para a análise das políticas educacionais destinadas à pessoa idosa, especialmente aquelas desenvolvidas pelas Universidades Abertas à Terceira Idade, objeto de investigação desta pesquisa.

A educação passa também a ser percebida como importante estratégia para

promoção da autonomia, fortalecimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas. A aprendizagem permanente favorece o desenvolvimento cognitivo, amplia as relações interpessoais, fortalece a autoestima, reduz o isolamento social e possibilita que o indivíduo permaneça ativo na vida comunitária. Conforme observa Neri (2007), a participação em atividades educativas estimula processos de adaptação às mudanças decorrentes do envelhecimento, contribuindo para o desenvolvimento de recursos psicológicos e sociais indispensáveis à manutenção do bem-estar.

A educação permanente favorece a adaptação às mudanças econômicas, tecnológicas e sociais, reduz as desigualdades e fortalece o protagonismo das pessoas idosas. Além disso, a legislação estabelece que os sistemas educacionais devem ser reorganizados para atender às necessidades das diferentes gerações, promovendo ambientes de aprendizagem inclusivos e intergeracionais, capazes de valorizar os conhecimentos acumulados ao longo da vida.

Essa compreensão foi reforçada pela Organização Mundial da Saúde ao instituir o paradigma do envelhecimento ativo. Segundo a OMS (2005), o envelhecimento ativo consiste no processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, visando melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Nesse modelo, a educação ocupa posição estratégica por favorecer a manutenção da capacidade funcional, estimular a participação comunitária e ampliar o exercício da cidadania.

A Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madri, em 2002, representou importante marco para a formulação de políticas internacionais voltadas ao envelhecimento. O Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento estabeleceu que os Estados devem assegurar oportunidades de aprendizagem ao

A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS:

Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira e Flávia Oliveira Alves da Silva

longo da vida, reconhecendo a educação como instrumento de promoção da autonomia, da inclusão social e da participação cidadã das pessoas idosas (United Nations, 2002).

Mais recentemente, a Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030), coordenada pela Organização Mundial da Saúde em parceria com a Organização das Nações Unidas, reafirmou que a aprendizagem ao longo da vida constitui elemento essencial para a promoção dos direitos das pessoas idosas. Entre as ações prioritárias estabelecidas pelo programa destacam-se o combate ao preconceito etário, o fortalecimento das comunidades, a ampliação da participação social e o acesso a oportunidades educativas em todas as etapas da vida (WHO, 2021).

No Brasil, a educação da pessoa idosa encontra respaldo jurídico na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Embora o texto constitucional não trate especificamente da educação voltada às pessoas idosas, estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Trata-se de direito fundamental de caráter universal, que não admite restrições em razão da idade.

Além disso, o artigo 230 da Constituição determina que a família, a sociedade e o Estado possuem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (Brasil, 1988). Tal dispositivo representa importante fundamento constitucional para a implementação de políticas públicas educacionais voltadas à população idosa, uma vez que a participação social pressupõe o acesso contínuo ao conhecimento, à cultura e às oportunidades de aprendizagem.

No âmbito infraconstitucional, destaca-se a Política Nacional do Idoso,

instituída pela Lei n.º 8.842/1994, que estabeleceu princípios destinados à promoção da autonomia, integração e participação efetiva das pessoas idosas na sociedade. Entre suas diretrizes encontra-se o incentivo à criação de programas educativos voltados ao envelhecimento, bem como o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as oportunidades de acesso à educação, à cultura e à informação (Brasil, 1994).

Posteriormente, a promulgação do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), atualizado pela Lei n.º 14.423/2022, consolidou a educação como direito fundamental da população idosa. O Estatuto estabelece que o poder público deve criar oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e materiais didáticos às características do processo de envelhecimento. Além disso, determina o apoio à criação de universidades abertas para pessoas idosas e incentiva a participação desse público em atividades culturais, científicas e educacionais (Brasil, 2003).

Ao reconhecer expressamente a necessidade de adaptação das práticas pedagógicas às especificidades do envelhecimento, o Estatuto supera concepções assistencialistas e reafirma a pessoa idosa como sujeito de direitos, capaz de aprender, produzir conhecimento e participar ativamente da vida acadêmica. Essa perspectiva encontra respaldo nas contribuições de Paulo Freire (1996), para quem a educação constitui prática permanente de liberdade, fundamentada no diálogo, na reflexão crítica e na valorização da experiência dos sujeitos.

Os processos educativos destinados às pessoas idosas partem do reconhecimento de que esses sujeitos possuem amplo repertório de conhecimentos construídos em diferentes contextos familiares, profissionais e comunitários. Assim, ensinar pessoas idosas significa estabelecer relações dialógicas entre o conhecimento científico e as experiências de vida, favorecendo aprendizagens significativas e

socialmente contextualizadas.

É justamente nesse cenário que surgem e se consolidam as Universidades Abertas à Terceira Idade (UATIs), concebidas como espaços de educação permanente, convivência intergeracional, produção de conhecimentos e promoção do envelhecimento ativo. Ao oferecer atividades educativas, culturais, artísticas, científicas e de extensão universitária, essas iniciativas materializam os princípios estabelecidos pelos organismos internacionais e pela legislação brasileira, constituindo importante estratégia para efetivação do direito à educação ao longo da vida. Assim, compreender os fundamentos da educação da pessoa idosa representa etapa indispensável para analisar a contribuição das UATIs na promoção da autonomia, da cidadania e da inclusão social das pessoas idosas.

5. UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE: educação permanente, cidadania e envelhecimento ativo

A ORIGEM DAS UNIVERSIDADES ABERTAS PARA A TERCEIRA IDADE NA FRANÇA

As Universidades Abertas para a Terceira Idade (Universités du Troisième Âge – U3A) surgiram na França na década de 1970, em um contexto marcado pelo aumento da expectativa de vida, pelo envelhecimento populacional e pela necessidade de criação de políticas voltadas à inclusão social das pessoas idosas. Até então, predominavam concepções que associavam a velhice à dependência, ao afastamento da vida produtiva e à exclusão dos espaços de produção do conhecimento. Diante desse cenário, tornou-se evidente a necessidade de construir iniciativas capazes de promover a participação ativa das pessoas idosas na sociedade, reconhecendo a educação como um direito que se estende por toda a vida (Vellas, 1979).

O principal idealizador desse movimento foi Pierre Vellas, professor de Direito Internacional da Universidade de Toulouse, que, em 1973, criou a primeira Universidade da Terceira Idade do mundo. A proposta nasceu inicialmente como um programa de extensão universitária destinado à população idosa, oferecendo cursos, palestras, atividades culturais e oportunidades de convivência no ambiente acadêmico. Entretanto, o projeto rapidamente ultrapassou a dimensão recreativa e assistencial, assumindo caráter científico e educativo ao defender que as universidades deveriam desempenhar papel ativo na promoção da qualidade de vida, da autonomia e da participação social das pessoas idosas. Para Vellas (1979), a universidade possuía responsabilidade social na construção de respostas aos desafios impostos pelo envelhecimento populacional, devendo abrir seus espaços para um público historicamente excluído da educação superior.

A concepção desenvolvida por Vellas fundamentava-se na ideia de que a educação constitui um processo permanente e que a aprendizagem permanece possível durante toda a existência humana. Nesse sentido, as Universidades da Terceira Idade deveriam proporcionar não apenas acesso ao conhecimento científico, mas também oportunidades de desenvolvimento pessoal, fortalecimento das relações sociais, promoção da saúde e exercício da cidadania. O modelo francês caracterizava-se pela forte vinculação às universidades tradicionais, integrando ensino, pesquisa e extensão, além de estimular a produção de estudos sobre o envelhecimento. Conforme destaca Vellas (1979), a universidade deveria assumir compromisso com a melhoria das condições de vida das pessoas idosas, promovendo sua integração à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

O êxito da experiência francesa favoreceu sua rápida disseminação para diversos países da Europa, América, Ásia e Oceania, tornando as Universidades da Terceira Idade um importante movimento internacional de educação permanente.

A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS:

Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira e Flávia Oliveira Alves da Silva

Embora diferentes modelos tenham sido desenvolvidos posteriormente, a proposta de Pierre Vellas consolidou princípios que permanecem presentes nas iniciativas contemporâneas, tais como a valorização da aprendizagem ao longo da vida, a promoção do envelhecimento ativo, a participação social, a convivência intergeracional e o reconhecimento da pessoa idosa como sujeito de direitos. A influência desse modelo foi decisiva para a implantação das primeiras Universidades Abertas para a Terceira Idade no Brasil, especialmente a partir da década de 1980, inspirando programas vinculados às instituições de ensino superior.

As Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATIs) representam uma das mais importantes políticas educacionais destinadas à população idosa, constituindo espaços de educação permanente, convivência intergeracional, inclusão social e promoção da cidadania. Fundamentadas no princípio da aprendizagem ao longo da vida, essas iniciativas reconhecem que o processo educativo não se encerra com a conclusão da educação formal, mas permanece durante todo o ciclo vital, possibilitando às pessoas idosas ampliar conhecimentos, fortalecer vínculos sociais, desenvolver novas competências e exercer plenamente seus direitos enquanto cidadãos.

No Brasil, a expansão das Universidades Abertas para a Terceira Idade acompanha o acelerado processo de envelhecimento demográfico observado nas últimas décadas. O crescimento da população idosa evidenciou a necessidade de criação de políticas públicas capazes de responder às novas demandas sociais decorrentes da longevidade, superando modelos exclusivamente assistencialistas e incorporando ações voltadas ao desenvolvimento humano, à autonomia e à participação social. Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior passaram a assumir papel estratégico ao disponibilizar programas educativos específicos para pessoas idosas, articulando ensino, pesquisa e extensão universitária.

Segundo Oliveira (2012), a Universidade Aberta para a Terceira Idade constitui uma resposta educacional às profundas transformações demográficas vivenciadas pela sociedade contemporânea. Para a autora, o envelhecimento populacional exige que as universidades ampliem sua responsabilidade social, reconhecendo a pessoa idosa como sujeito de direitos e protagonista de seu processo de aprendizagem. Dessa forma, a universidade deixa de atender exclusivamente jovens em formação profissional e passa a incorporar novos públicos, reafirmando seu compromisso com a democratização do conhecimento e com a educação ao longo da vida.

Oliveira (2016) aborda que a educação desenvolvida nas UATIs se fundamenta no paradigma da educação permanente, concebida como processo contínuo de formação humana. A autora afirma que envelhecer não significa interromper a capacidade de aprender, mas inaugurar novas possibilidades de construção do conhecimento, ressignificação das experiências de vida e fortalecimento da participação social. A educação permanente, nesse sentido, possibilita que as pessoas idosas permaneçam intelectualmente ativas, ampliem seu capital cultural e fortaleçam sua autonomia diante das mudanças impostas pelo envelhecimento.

Segundo a autora, as Universidades Abertas para a Terceira Idade ultrapassam a oferta de cursos recreativos ou atividades ocupacionais. Sua finalidade principal consiste na promoção do desenvolvimento integral da pessoa idosa, articulando conhecimentos científicos, culturais, sociais e políticos. Sob essa perspectiva, a aprendizagem constitui instrumento de emancipação, permitindo que os idosos compreendam criticamente a realidade, fortaleçam sua autoestima e exerçam de forma mais efetiva sua cidadania. A educação, portanto, assume caráter transformador, contribuindo para a construção de novos significados acerca da velhice e do envelhecimento.

A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS:

Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira e Flávia Oliveira Alves da Silva

Outro aspecto amplamente destacado pela autora refere-se ao combate aos estereótipos negativos relacionados à velhice. Historicamente, a sociedade atribuiu à pessoa idosa características associadas à incapacidade, improdutividade e dependência. Essas representações sociais contribuíram para processos de exclusão e invisibilidade, restringindo as oportunidades de participação social desse segmento populacional. As UATIs surgem, nesse contexto, como espaços privilegiados para a desconstrução dessas concepções, demonstrando que a velhice constitui etapa de continuidade do desenvolvimento humano, na qual permanecem presentes capacidades de aprendizagem, criatividade e participação comunitária.

Ao reconhecer que o envelhecimento não limita a capacidade de aprender, inaugurou-se uma perspectiva educacional fundamentada na inclusão, na cidadania e na valorização do potencial humano em todas as etapas da vida.

A contribuição de Pierre Vellas ultrapassa, portanto, a criação de um programa universitário destinado às pessoas idosas. Seu legado consiste na construção de um novo paradigma educacional, no qual a universidade deixa de ser compreendida como espaço exclusivo para a formação profissional dos jovens e passa a assumir compromisso com a educação ao longo da vida. Essa concepção influenciou significativamente o desenvolvimento da Gerontologia Educacional, da Gerontagogia e das Universidades Abertas para a Terceira Idade em diferentes países.

Para Oliveira (1999; 2012; 2016), a Gerontagogia constitui o referencial pedagógico que fundamenta as práticas educativas desenvolvidas nas UATIs, uma vez que reconhece as especificidades da aprendizagem na velhice sem desconsiderar as potencialidades intelectuais, culturais e sociais das pessoas idosas.

As iniciativas educativas para a pessoa idosa proliferaram em diferentes países.

6. OS PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA A PESSOA IDOSA: PIAM, PAM E UATI

Financiada pela bolsa Produtividade em Pesquisa do CNPq, esta pesquisa selecionou três programas, tendo como participantes as respectivas coordenadoras.

Os programas são os seguintes:

PIAM- Programa Institucional para la Persona Adulta y Adulta Mayor – Universidad de Costa Rica

PAM - Programa Adulto Mayor – Pontificia Universidad del Chile

UATI – Universidade Aberta para a Terceira Idade – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná - Brasil

Os programas foram selecionados por terem mais de 20 anos de criação e funcionamento, portanto constituem programas extensionistas consolidados nos respectivos países e que compõem a Rede Iberoamericana de Programas Universitários de Adultos Mayores, a qual é uma rede de pesquisa sobre a educação da pessoa idosa.

Foram realizadas entrevistas com as coordenadoras dos respectivos Programas.

A seguir a caracterização das instituições e das coordenadoras participantes.

Quadro: Instituições e coordenadores

Instituição	Programa	Formação Acadêmica	Ativid. com a pessoa idosa	Anos de ativid. No Programa
Universidad de Costa Rica	Programa Institucional para la Persona Adulta y Adulta Mayor PIAM	Lic. en Farmacia, maestría en farmacología y maestría en gerontología	13 anos	5 anos

A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS:

Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira e Flávia Oliveira Alves da Silva

Pontificia Universidad Católica de Chile	Programa Adulto Mayor PAM	Terapeuta Ocupacional	23 anos	1 ano e meio
Universidade Estadual Ponta Grossa	Universidade Aberta para a Terceira Idade UATI	Gerontóloga Doutora em Educação	35 anos	35 anos

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026

7. PROGRAMA INSTITUCIONAL PARA LA PERSONA ADULTA Y ADULTA MAYOR – PIAM - UNIVERSIDAD DE COSTA RICA

Segundo a coordenadora, o Programa “é um espaço de crescimento pessoal, onde as pessoas têm a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e compartilhá-los com outros estudantes da sua faixa etária, bem como com estudantes mais jovens”.

“Ele está vinculado à Vice-Reitoria de Ação Social da Universidade da Costa Rica. A equipe é composta por oito pessoas, incluindo: um recepcionista, um funcionário administrativo, o coordenador e quatro assessores para as diferentes áreas temáticas. Esses assessores também são responsáveis por acompanhar os processos de voluntariado e pela articulação com projetos de ensino e pesquisa.”

Os objetivos do Programa são:

“Desenvolver projetos de ensino, ação social e pesquisa sob as perspectivas da aprendizagem ao longo da vida e da gerontologia educacional, para a compreensão e o enfrentamento dos diferentes processos envolvidos no envelhecimento e na velhice da população costarriquenha.” O Programa possui uma estrutura flexível, de modo que não há tempo mínimo ou máximo de permanência. O número de estudantes gira em torno de 1.800. Eles pagam uma taxa por período letivo e também um seguro anual. Novos estudantes preenchem um formulário para serem incluídos no processo de inscrição.

As principais dificuldades enfrentadas pelo Programa são: “Espaço físico; atualmente, existem salas de aula nas diferentes faculdades, porém, elas não são suficientes para a demanda ou exigem condições específicas para o desenvolvimento dos cursos. Cortes orçamentários nas universidades públicas. A necessidade de mais pessoal para atender à demanda crescente.”

“Há diversidade entre os professores; alguns são docentes universitários, outros são professores aposentados, outros são pessoas externas que ministram os cursos sem remuneração financeira e outros são contratados diretamente pelo programa.”

8. PROGRAMA ADULTO MAYOR – PAM - PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CHILE

O programa foi criado em 1988, segundo seu coordenador. “O programa desempenha um papel fundamental para os idosos e para a comunidade, servindo como um espaço de participação ativa, aprendizado contínuo e integração social. Para os idosos, representa uma oportunidade concreta de exercer o direito ao aprendizado ao longo da vida, fortalecer sua autonomia, ampliar suas redes de apoio e ressignificar suas experiências como uma contribuição valiosa para os outros. O programa não apenas transmite conteúdo, mas também reconhece os idosos como sujeitos de direitos e protagonistas de seu próprio processo de desenvolvimento. Isso contribui para o bem-estar, a saúde mental, o senso de propósito e a construção de projetos de vida significativos na velhice. Em nível comunitário, o programa fomenta a coesão social, promove encontros intergeracionais e desafia estereótipos associados ao envelhecimento. Ao abrir espaços inclusivos dentro da universidade e em seu entorno, fortalece o vínculo entre a instituição e a comunidade, contribuindo para uma cultura mais respeitosa, solidária e inclusiva para os idosos. Em suma, o programa atua como

A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS:

Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira e Flávia Oliveira Alves da Silva

uma ponte entre educação, participação e comunidade, contribuindo para um envelhecimento mais ativo, digno e significativo.”

Segundo o coordenador, o programa está organizado em duas áreas principais: primeiramente, a educação continuada para profissionais e técnicos que trabalham com e para pessoas idosas (oferecendo cursos de extensão e programas de certificação); e, em segundo lugar, atividades educacionais voltadas para o público idoso, abrangendo formatos tanto presenciais quanto virtuais. As iniciativas presenciais incluem: * "Aulas con trayectoria" (onde idosos podem frequentar disciplinas dos cursos de graduação da universidade); * "Saberes compartilhados" (em que voluntários ministram "microcursos" de quatro encontros sobre diversos temas para idosos); e * cursos tradicionais (cursos semestrais exclusivos para idosos). As atividades virtuais incluem: * uma comunidade educacional virtual (palestras quinzenais ministradas por docentes universitários sobre temas relacionados à velhice e ao processo de envelhecimento); * "60+ Digital" (palestras voltadas ao desenvolvimento de habilidades digitais entre idosos); e * uma série sobre espiritualidade (palestras mensais destinadas a criar um espaço para que os participantes se conectem com seu eu interior). Quanto à organização da equipe, existe uma coordenação geral responsável pelo planejamento estratégico, pelo planejamento anual e pela articulação com a universidade e partes interessadas externas. Essa coordenação assegura que o programa permaneça alinhado aos princípios da aprendizagem ao longo da vida, da inclusão e da participação ativa dos idosos. Cada área de atuação — capacitação profissional e atividades educacionais para idosos — conta com um profissional dedicado, responsável por supervisionar sua execução. Também é oferecido suporte administrativo. Por fim, o programa promove oportunidades para que os idosos participem e ofereçam feedback, integrando seus interesses e necessidades ao processo de planejamento e, assim, fortalecendo a natureza colaborativa e comunitária do

programa.

A maioria das iniciativas do programa é realizada anualmente.

A missão fundamental do Programa para Idosos da UC é: “promover a gerontologia e a educação continuada no Chile, criando oportunidades de aprendizado, interação e integração para os idosos do país, para aqueles que trabalham com eles e cuidam deles, e para aqueles que estudam e pesquisam o tema, a fim de abordar as mudanças econômicas, sociais e culturais que o envelhecimento e a longevidade trazem para a nossa sociedade e para cada idoso”. O programa possui três objetivos específicos: 1. Educar idosos em gerontologia e outras áreas de interesse, apoiando seu crescimento pessoal, desenvolvimento e integração na sociedade. 2. Oferecer capacitação especializada em gerontologia para profissionais e técnicos, utilizando uma abordagem interdisciplinar e mantendo uma perspectiva holística e atualizada sobre os idosos. 3. Desenvolver iniciativas e projetos de pesquisa e defesa de direitos nas áreas de gerontologia, educação continuada e questões relacionadas aos idosos.

As inscrições dos idosos são realizadas principalmente pelo site do programa. Também há um escritório de atendimento presencial para facilitar o processo de inscrição. Mais de 2.000 idosos participam a cada ano.

Os principais desafios incluem os níveis de letramento digital dos idosos participantes e a obtenção de financiamento para as diversas iniciativas.

Os instrutores são contratados para todas as iniciativas e remunerados por serviço prestado.

9. UNIVERSIDADE ABERTA PARA A TERCEIRA IDADE – UATI – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

A UATI/UEPG depois de 4 anos de planejamento e diferentes eventos, iniciou suas atividades em 1992, sendo a primeira ação educativa voltada para a pessoa idosa no Estado do Paraná e em uma Universidade Estadual.

Teve sua aprovação pelo Colegiado Setorial de Ciências Humanas, Letras e Artes em 20/12/1991; homologado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão pelo Parecer 23 de 14/04/1992. O êxito da UATI levou a sua institucionalização pela UEPG em 1997, sob a Resolução C.A. nº 56. Desde esta data, iniciada como projeto e a partir de 2012 tornou-se programa, tem sido oferecido de maneira sistemática e ininterrupta, registrando assim seu grande sucesso e crescimento quanti-qualitativo.

Foi criado em 1992 com a carga horária mínima de 240 horas, distribuídas em três semestres letivos, seguindo o calendário da universidade. As aulas teóricas são obrigatórias assim como o estágio de inserção comunitária. As demais disciplinas são optativas, e vão depender do interesse de cada aluno.

O Curso inicia sempre no primeiro semestre do ano e termina no final do primeiro semestre do ano subsequente quando ocorre a formatura, com a entrega de certificados (atualização e participação na UATI).

A formatura ocorre geralmente no mês de agosto sendo organizada por uma Comissão de formatura eleita pelos alunos, sob a orientação da coordenado da UATI, professora Rita de Cássia da Silva Oliveira.

Este curso tem grande procura pelas pessoas idosas e em média possuem a cada ano 80 vagas para calouros. Para a matrícula na UATI os critérios são: ser alfabetizado e possuir 60 anos ou mais. Não existe seleção e a matrícula ocorre por ordem de

chegada até o preenchimento das vagas. Como a procura pela UATI é muito grande, as vagas são preenchidas com rapidez, tornando necessária a elaboração de uma lista de espera.

Após a formatura, os alunos que desejam permanecer passam a integrar a Universidade Continuada para a Terceira Idade.

O Programa da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI), baseia-se na concepção de educação permanente, na modalidade de educação não formal e busca possibilitar o desenvolvimento de diferentes habilidades e competências, a ampliação de conhecimentos e atualização de informações, propiciar relações intergeracionais, compartilhamento de saberes e experiências, inclusão e participação social das pessoas idosas.

Atualmente a UATI é formada por dois cursos: o Curso da Universidade Aberta para a Terceira Idade e Universidade Continuada para a Terceira Idade. Desenvolve projetos: Contação de Histórias, Quem canta seus males espanta e Capoterapia.

Estruturada com abordagem multidisciplinar, a UATI prioriza o processo de valorização humana e social das pessoas idosas, questionando, refletindo sobre os diferentes aspectos deste segmento etário e as problemáticas que deles decorrem na sociedade atual nas variadas abordagens (biológica, psicológica, sociológica, psicológica, filosófica, políticas, espiritual, religiosa, econômica e cultural).

A UATI possui como objetivos: melhorar a qualidade de vida do idoso, valorizar o idoso, resgatar a cidadania e a dignidade do idoso, elevar a autoestima do idoso, possibilitar o convívio intergeracional, ampliar o convívio social do idoso, possibilitar a aquisição de conhecimentos e a atualização, promover a participação e integração do idoso, desenvolver as funções universitárias

A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS:

Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira e Flávia Oliveira Alves da Silva

As atividades oferecidas às pessoas idosas são distribuídas em 4 eixos norteadores, os quais contemplam as diferentes dimensões do ser humano: Educação, cultura e arte; Saúde, nutrição e qualidade de vida; Educação física, esporte e lazer; Direito, empoderamento e cidadania.

Nestes 4 eixos, estão distribuídas as 25 disciplinas teóricas e práticas, totalizando 240 horas, ao longo de três semestres letivos, seguindo o calendário universitário.

No último semestre é ofertada o Estágio de Inserção comunitária, no qual os alunos desenvolvem atividades na comunidade, em diferentes espaços, entre os quais, Instituições de Longa Permanência, escolas, Centros de Assistência Social, Hospitais e Centros de Convivência.

10. ANÁLISE COMPARATIVA

Os três programas estão fundamentados na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida e reconhecem a universidade como um espaço de inclusão, participação e valorização da pessoa idosa. Todos buscam ampliar conhecimentos, estimular a autonomia e favorecer o convívio social e intergeracional, contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável.

Entretanto, observa-se que o PIAM, da Universidade da Costa Rica, caracteriza-se por uma estrutura bastante flexível, permitindo que o estudante permaneça no programa pelo tempo que desejar. Seu foco está na integração entre ensino, pesquisa e ação social, articulando diferentes áreas do conhecimento por meio de uma equipe multidisciplinar. Além disso, destaca-se pela participação de professores com diferentes vínculos institucionais, incluindo voluntários.

O PAM, da Pontifícia Universidade Católica do Chile, apresenta o modelo mais

abrangente entre os três programas. Além das atividades educativas destinadas às pessoas idosas, desenvolve formação especializada para profissionais da área gerontológica e pesquisa. Sua estrutura contempla atividades presenciais e virtuais, disciplinas regulares da graduação, ações de inclusão digital e espaços de participação dos próprios idosos no planejamento das atividades, evidenciando uma gestão colaborativa e alinhada aos princípios da educação continuada.

Por sua vez, a UATI, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, possui uma proposta pedagógica mais estruturada e curricularizada. Diferentemente dos demais programas, apresenta carga horária definida, disciplinas obrigatórias e optativas, estágio de inserção comunitária e certificação ao final do curso. Após a conclusão, os estudantes podem permanecer vinculados à Universidade Continuada para a Terceira Idade, assegurando a continuidade do processo educativo. A UATI também se destaca pela forte inserção extensionista, promovendo ações comunitárias que aproximam a universidade da sociedade.

Outra diferença relevante refere-se à dimensão dos programas. O PAM e o PIAM atendem aproximadamente dois mil participantes, enquanto a UATI trabalha com um número reduzido de vagas anuais, permitindo um acompanhamento mais sistemático e aprofundado dos estudantes, mas limitando seu alcance social.

Quanto aos desafios, embora todos enfrentem dificuldades relacionadas à sustentabilidade institucional, cada programa apresenta especificidades. O PIAM evidencia problemas de infraestrutura, limitações orçamentárias e necessidade de ampliação da equipe. O PAM enfrenta desafios relacionados ao financiamento e à inclusão digital dos idosos, especialmente diante da expansão das atividades virtuais. Já a UATI lida principalmente com a elevada demanda por vagas, que supera sua capacidade de atendimento.

Em síntese, verifica-se que os três programas constituem referências latino-americanas na educação universitária para pessoas idosas, compartilhando princípios comuns de educação permanente, inclusão social e promoção do envelhecimento ativo. Contudo, diferenciam-se em suas estratégias pedagógicas, modelos de gestão, organização curricular e abrangência institucional. Enquanto o PIAM prioriza a flexibilidade, o PAM amplia sua atuação para formação profissional e pesquisa, e a UATI destaca-se pela organização curricular, pelo estágio comunitário e pela forte articulação entre ensino, extensão e participação social. Essas diferenças revelam distintas possibilidades de atuação das universidades frente aos desafios impostos pelo envelhecimento populacional, enriquecendo o debate sobre políticas educacionais voltadas à população idosa na América Latina.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa do Programa Institucional para la Persona Adulta y Adulta Mayor (PIAM), da Universidade da Costa Rica, do Programa Adulto Mayor (PAM), da Pontificia Universidade Católica do Chile, e da Universidade Aberta para a Terceira Idade (UATI), da Universidade Estadual de Ponta Grossa, evidencia que, embora desenvolvidos em contextos institucionais distintos, os três programas compartilham princípios fundamentais relacionados à educação ao longo da vida, ao envelhecimento ativo, à inclusão social e à valorização da pessoa idosa como sujeito de direitos e protagonista de seu processo de aprendizagem.

Os resultados demonstram que as universidades assumem papel estratégico na construção de políticas e ações voltadas ao envelhecimento populacional, ampliando sua função social para além da formação acadêmica tradicional. Os programas analisados oferecem oportunidades de desenvolvimento pessoal, atualização de conhecimentos, fortalecimento da autonomia, ampliação das redes de convivência e

promoção das relações intergeracionais, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e para sua participação ativa na sociedade.

Apesar das convergências, verificam-se diferenças importantes entre os modelos adotados. O PIAM caracteriza-se pela flexibilidade organizacional e pela integração entre ensino, pesquisa, extensão e voluntariado. O PAM apresenta uma proposta mais abrangente, articulando ações de educação para pessoas idosas, formação de profissionais, pesquisa e promoção da gerontologia, além de incorporar atividades presenciais e virtuais que ampliam seu alcance. A UATI, por sua vez, distingue-se por sua estrutura curricular sistematizada, pelo estágio de inserção comunitária e pela continuidade das ações por meio da Universidade Continuada para a Terceira Idade, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A comparação também evidencia desafios comuns às três experiências, especialmente no que se refere ao financiamento, à ampliação da infraestrutura física, à disponibilidade de recursos humanos qualificados e à necessidade de adaptação às transformações tecnológicas, sobretudo diante dos diferentes níveis de letramento digital da população idosa. Esses aspectos revelam que a consolidação e a expansão de programas universitários destinados às pessoas idosas dependem do fortalecimento de políticas institucionais e públicas que garantam sua sustentabilidade e ampliem seu alcance social.

Por outro lado, as especificidades de cada programa demonstram que não existe um modelo único de universidade para a pessoa idosa. As diferentes formas de organização, gestão e oferta de atividades refletem as características culturais, sociais e institucionais de cada país e revelam a capacidade das universidades latino-americanas de construir respostas inovadoras frente aos desafios impostos pelo

A EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS:

Costa Rica, Chile e Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveira e Flávia Oliveira Alves da Silva

envelhecimento populacional.

Conclui-se que as experiências desenvolvidas na Costa Rica, no Chile e no Brasil constituem importantes referências para a formulação de políticas e programas de educação permanente voltados às pessoas idosas. Além de favorecerem o acesso ao conhecimento, essas iniciativas promovem inclusão social, cidadania, participação comunitária e fortalecimento dos vínculos intergeracionais, reafirmando o compromisso social das universidades com a construção de sociedades mais inclusivas e preparadas para a longevidade.

Pretende-se que estudos futuros ampliem essa análise para outras experiências latino-americanas, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas de educação superior voltadas ao envelhecimento.

REFERÊNCIAS

BALTES, Paul B.; BALTES, Margret M. **Successful aging: perspectives from the behavioral sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOTH, Agostinho. **Educação gerontológica: posições e proposições**. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 jan. 1994.

BRASIL. Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. Lei n.º 14.423, de 22 de julho de 2022. **Altera a Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas"**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>. Acesso em: 14 jul. 2026.

JARVIS, Peter. **Adult education and lifelong learning**: theory and practice. 3. ed. London: RoutledgeFalmer, 2004.

NERI, Anita Liberalesso. **Qualidade de vida na velhice**: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea, 2007.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Universidade Aberta para a Terceira Idade**: da educação permanente à universidade da maturidade. Ponta Grossa: UEPG, 1999.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Universidade Aberta para a Terceira Idade: uma proposta de educação permanente. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. esp., p. 278-286, 2012.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Universidade Aberta para a Terceira Idade: espaço de educação permanente e exercício da cidadania. **Revista Interagir**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 79-92, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Decade of Healthy Ageing: baseline report**. Geneva: WHO, 2021.

UNITED NATIONS. **Political Declaration and Madrid International Plan of Action on Ageing**. New York: United Nations, 2002.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2024**. New York: United Nations, 2024.

UNESCO. **Learning to be**: the world of education today and tomorrow. Paris: UNESCO, 1972.